



Rede São Paulo de

Formação Docente

Cursos de Especialização para o quadro do Magistério da SEESP
Ensino Fundamental II e Ensino Médio

São Paulo
2011



UNESP – Universidade Estadual Paulista
Pró-Reitoria de Pós-Graduação
Rua Quirino de Andrade, 215
CEP 01049-010 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 5627-0561
www.unesp.br



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Estado da Educação
Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas
Gabinete da Coordenadora
Praça da República, 53
CEP 01045-903 – Centro – São Paulo – SP



**SECRETARIA
DA EDUCAÇÃO**



A close-up, low-angle shot of the Statue of Liberty's face and crown. The statue's green patina is prominent. In the background, a large American flag with red and white stripes is visible, partially obscured by the statue's crown. The sky is a clear blue.

A formação dos Estados americanos

Sumário

Vídeo da Semana	3
A formação dos Estados americanos	3
Um início de conversa	3
2.1 – O território colonial hispano-americano	4
2.2 – Independência e os novos estados nacionais	6
Canal do Panamá.....	7
A América Central e o Caribe.....	9
A Guiana: Departamento Francês.....	11
Referência	12

Vídeo da Semana



A formação dos Estados americanos

Um início de conversa

A ruptura do sistema colonial europeu na América foi um produto da crise das monarquias do Velho Mundo. Foi, ao mesmo tempo, um elemento crucial para o desenvolvimento dessa crise, que desembocou na dissolução do Absolutismo. O processo de independência das colônias americanas foi uma manifestação da transição da Europa na direção do liberalismo e do parlamentarismo.

Essa transição, que se estende de 1775 a 1848, correspondeu à constituição dos estados ocidentais contemporâneos, cujo traço distintivo repousa no conceito da soberania popular, contraposta à soberania real. O ato inicial dessa transição não aconteceu na Europa, mas na América: a Revolução Americana (1775-1783) precedeu e preparou a Revolução Francesa de 1789.

3

A Revolução Americana foi conduzida pelas elites comerciais e fundiárias das Treze Colônias, unidas na rejeição aos impostos e taxas metropolitanos que sugavam a riqueza colonial. Seus líderes, homens ricos, refinados e cultos, beberam nas fontes intelectuais do Iluminismo. A igualdade original entre os homens, de Jean-Jacques Rousseau, e a separação dos poderes, de Locke e Montesquieu, orientaram a Declaração de Independência (1776) e a Constituição Americana (1787). Como vimos na Disciplina 5, o processo de independência do Brasil, em contraste com a das colônias espanholas, repudiou o ideário que orientara a Revolução Americana de 1776 e a Revolução Francesa de 1789. A declaração de 1822, que se completou com a dissolução da Assembléia Constituinte e a outorga da Constituição de 1824, gerou um império escravista nos trópicos. A monarquia, unitária e hereditária, era o instrumento para a conservação do escravismo e para a construção da unidade territorial.

As guerras entre as monarquias europeias atuaram como fator decisivo para as independências na América. A Guerra dos Sete Anos (1756-1763) envolveu a França e a Grã-Bretanha na disputa entre os colonos franceses e ingleses da América do Norte pelo domínio sobre as terras situadas entre os Apalaches e o Mississipi. A vitória dos colonos ingleses foi o prelúdio da Revolução Americana. A revolta colonial originou-se como reação ao aumento de impostos cobrados pela metrópole sob o pretexto de compensação pela ajuda prestada na luta contra os franceses.

No caso da América Hispânica, como vimos, os movimentos de independência ganham força com a invasão da Espanha pelas tropas francesas de Napoleão, em 1810. Nessa aula, vamos focar o território colonial hispano-americano e a fragmentação territorial que teve lugar após as independências.

2.1 – O território colonial hispano-americano

Durante o período colonial, para efeitos administrativos, as possessões espanholas na América foram divididas em quatro vice-reinados que, por sua vez, foram divididos em Audiências. Na circunscrição onde se encontrava a capital dos vice-reinados, o vice-rei, membro da nobreza espanhola, presidia a Audiência. Nas demais, nomeava-se um capitão geral, com amplos poderes civis e militares sobre sua capitania.



Figura 3: Organização territorial do império colonial hispano-americano

Fonte: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/discovirtual/galerias/imagem/0000000732/0000023892.jpg>

5

O tema desta semana é discutido no Portal do Professor do Mec. Veja no link abaixo a sugestão de trabalho com este e outros mapas.

<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=28023>

A Audiência era a principal instância governamental do território hispano-americano. Funcionava como uma espécie de tribunal, formado pelo presidente e por um conselho de juízes, que representava os interesses da Coroa de Espanha e servia de intermediário entre ela, os funcionários administrativos, os colonizadores espanhóis e as populações autóctones.

A descentralização administrativa teve como consequência a formação de poderosas elites regionais no território hispano-americano. Não por acaso, as sedes de Audiência - São Domingos, México, Guatemala, Lima, Caracas e Santiago do Chile - se transformariam no núcleo das futuras repúblicas independentes.

As Audiências controlavam um número variável de províncias, sendo estas divididas em municipalidades. No interior das municipalidades, organizava-se a propriedade fundiária.

Para garantir o fluxo de mão de obra para as plantações, foi transplantada para a América uma instituição bastante utilizada na Espanha durante luta contra os mouros: a encomienda. Através dela, se atribuía a particulares, em geral descendentes dos conquistadores, comunidades indígenas que passariam a lhes pagar tributos em espécie ou em trabalho. Em troca, o encomendero deveria oferecer aos índios proteção e evangelização, além de arcar com os custos de manutenção da paróquia.

A encomienda funcionou principalmente na área dos antigos impérios centralizados (Vice-Reinos de Nova Espanha e Peru), onde já existia o trabalho em regime de opressão. Nos engenhos tropicais de açúcar de Nova Granada e nas Antilhas os escravos negros constituíram a maior parte da mão de obra.

Com a descoberta de promissoras minas de prata em Nova Espanha e no Peru, proliferaram novas práticas de recrutamento da mão de obra. Na Nova Espanha o problema foi resolvido com importação de escravos negros e, principalmente, com a escravização de índios, mesmo após esta ter sido declarada ilegal. No Alto Peru, os espanhóis se utilizaram da mita, herança dos incas, para explorar as gigantescas minas de Potosí.

A mita era um sistema de prestação de serviços, através do qual as aldeias tributárias, espalhadas em cerca de 2 milhões de Km², enviavam anualmente a Potosí um sétimo de seus homens entre 18 e 50 anos. Os mitayos, como eram chamados, eram obrigados a deslocamentos de centenas de quilômetros e, quando chegavam, enfrentavam as mais terríveis condições de trabalho. Durante os quinze dias de folga anuais aos quais tinha direito, muito deles eram obrigados a trabalhar para garantir a alimentação e as mantas (agasalhos).

2.2 – Independência e os novos estados nacionais

Após as independências, a América Hispânica foi fragmentada em diversos Estados, cujos contornos remetem às estruturas administrativas implantadas durante o processo de colonização.

O Vice-Reinado da Nova Espanha, com sede no México, tinha jurisdição indireta sobre as capitanias-gerais da Guatemala e de Cuba. O processo da independência, após uma efêmera tentativa de união do istmo centro-americano ao México, resultou na desagregação política de toda a região e na formação de pequenos estados independentes.

A guerra da independência no México desenrolou-se entre 1810 e 1821. Quando a libertação foi concluída, a Guatemala proclamou também a independência. Em 1822 o coronel mexicano Agustín Iturbide declarou-se imperador (Agustín I), pretendendo reinar sobre o conjunto dos territórios que haviam pertencido à Nova Espanha. Entretanto, no ano seguinte, em meio a desordens e revoltas, foi instituída a república. A Guatemala separava-se e formava a Confederação Centro-Americana. Em 1838 rompia-se a confederação com as sucessivas proclamações de independência de Honduras, da Nicarágua, de El Salvador e da Costa Rica. Por fim, o México perderia quase metade do seu território como resultado da Guerra com os Estados Unidos (1846-1848).

Após o rompimento da confederação, o istmo centro-americano conheceu guerras sucessivas, envolvendo a Guatemala, Honduras, El Salvador e Nicarágua. As tentativas intermitentes de formação de uma confederação entre Honduras, El Salvador e Nicarágua também fracassaram.

O Vice-Reinado de Nova Granada, com sede na Colômbia, abrangia também os atuais Panamá, a Venezuela e Equador. A guerra da independência eclodiu em Caracas, em 1810, alastrando-se para Bogotá. Bolívar chefiou a luta contra os espanhóis na Venezuela, que foi vitoriosa em 1817. Dois anos depois, suas tropas assumiam o controle da Colômbia. Feito presidente, Bolívar vai lutar no Equador, onde derrota os espanhóis em 1822.

A Grã-Colômbia independente representou a tentativa de conservar unidos os territórios de Nova Granada. Contudo, como vimos, o sonho bolivariano se desfez em 1830, com a retirada da Venezuela e do Equador, que declaram a independência.

A dissolução da unidade territorial abriu caminho para as guerras, que pontilharam o século XIX. Em 1828-29 a Grã-Colômbia derrotou o Peru e em 1863 a Colômbia empreendeu guerra contra o Equador. Antes, entre 1858 e 1860 o Equador e o Peru tinham se enfrentado.

Em 1903, a recusa do Senado colombiano em ratificar o Tratado Hay-Herrán, que concedia aos Estados Unidos o direito de construção de um canal interoceânico no istmo panamenho, provoca a secessão do Panamá, que se tornou um país independente graças ao apoio concedido pelos Estados Unidos.

O Canal do Panamá

Theodore Roosevelt iniciou contatos com o governo colombiano para a construção de um canal inter-oceânico na região do Panamá imediatamente após assumir a presidência dos Estados Unidos, em 1901. Diante da recusa do Senado colombiano, Roosevelt incentivou a revolta dos panamenhos contra a “opressão” da Colômbia, ajudando a criar a República do Panamá, reconhecida em 1903. Por meio do tratado Hay-Bunau-Varilla, assinado em 18 de novembro de 1903, a jovem república concedeu aos Estados Unidos o domínio sobre uma faixa de 16 quilômetros de largura conhecida como Zona do Canal, além do direito de intervenção militar no país. Esse tratado só foi anulado em 7 de setembro de 1977, quando os tratados Torrijos-Carter, assinados pelo Panamá e pelos Estados Unidos, garantiam ao Panamá o controle total do canal do Panamá a partir do dia 31 de Dezembro de 1999.

Para saber mais sobre o funcionamento e as obras de ampliação do Canal do Panamá, visite a seção multimídia da Autoridade do Canal do Panamá (Autoridad del Canal de Panamá, ACP), órgão do governo que administra o canal.

<http://www.pancanal.com/>



<http://www.pancanal.com/esp/multimedia/index.html>



O Vice-Reinado do Peru, que abrangia também a Bolívia e a Capitania-Geral do Chile, disputou com o México, durante a época colonial, a posição de centro principal da América Hispânica.

O general argentino José de San Martín empreendeu a sua campanha libertadora a partir do Chile, que declarou a independência em 1818. Dois anos depois as suas tropas derrotavam os espanhóis no Peru. Em 1824, Sucre, lugar-tenente de Bolívar, libertava a Bolívia, enquanto as tropas combinadas de San Martín e Bolívar derrotavam definitivamente as forças espanholas no Peru.

A Bolívia separou-se em 1825 do Peru. A tentativa de formação de uma confederação entre os dois países durou apenas três anos (1836-39) e encerrou-se com a derrota na guerra movida contra o Chile e a Argentina. Bolívia e Peru se enfrentariam dois anos mais tarde. Em 1879-83, juntos, foram derrotados pelo Chile, na Guerra do Pacífico. Em consequência, o Peru perdeu a região de Arica e a Bolívia, a de Antofagasta, em Atacama, sua única saída marítima:

“A Guerra do Pacífico (1879-1883), junto com a Guerra do Paraguai, foi o mais grave conflito internacional latino-americano do século XIX. As 800 milhas de costa boliviana no litoral do Pacífico estavam constituídas majoritariamente pelo deserto de Atacama; muito poucos bolivianos o povoavam. Em 1866 os chilenos descobriram extensas jazidas de nitrato perto do local onde havia sido construída a antiga cidade de Antofagasta e em 1874 a Bolívia cedeu ao Chile uma parte do seu território de Atacama. Os chilenos extraíram e exportaram nitratos segundo um acordo com a Bolívia até 1868, ano em que uma disputa degenerou em enfrentamento militar. O Chile atacou as zonas desérticas bolivianas em 1879 e o Peru entrou na guerra como aliado da Bolívia [...]. A 4 de abril de 1884 Chile e Bolívia firmaram uma trégua que assegurava um armistício indefinido e a ocupação de Atacama pelo Chile. Em 1888 o Chile renomeou unilateralmente o território de Atacama, que passou a ser a província de Antofagasta” (ATKINS, 1991, p. 397-398, traduzido pelo autor).

9

A retração territorial boliviana concluiu-se na Guerra do Chaco (1932-35), contra o Paraguai, precipitada pela descoberta de pequenas jazidas petrolíferas na sôpé da cordilheira andina. No conflito, o país perdeu a maior parte do Chaco Boreal, um triângulo delimitado pelos rios Pilcomayo, Paraguai e Parapetí.

O Vice-Reinado do Rio da Prata, com sede na Argentina, abrangia o Uruguai e o Paraguai. As lutas de independência transcorreram paralelamente. Na Argentina, um governo autônomo foi instalado em 1810, mas a proclamação oficial se deu em 1816.

No Uruguai, um levante popular liderado por José de Artigas, em 1810, abriu a luta, que seria vitoriosa cinco anos depois. Contudo, em seguida, o país era ocupado por tropas luso-brasileiras e depois anexado como Província Cisplatina. Em 1827, forças uruguaias com apoio argentino derrotavam o ocupante. No ano seguinte, sob pressão britânica, a Argentina admitiu a independência uruguaia.

Nas décadas seguintes, a Grã-Bretanha continuaria a manobrar pendularmente entre o Brasil e a Argentina a fim de assegurar a soberania uruguaia. Assim, o país tornou-se um Estado-tampão entre as potências regionais, garantindo a liberdade de movimentos britânica no estuário platino.

A estratégia britânica no Prata fazia parte de um movimento de larga escala, voltado para o estabelecimento de uma influência duradoura, econômica e militar, no Atlântico sul. Foi nesse contexto que se deu a anexação britânica das Ilhas Malvinas, arquipélago situado ao largo da Patagônia, em 1832.

O Paraguai não aceitou o governo autônomo instalado em Buenos Aires em 1810 e derrotou as tropas argentinas do general Manuel Belgrano, proclamando a independência em 1811. Mais tarde, sob os governos de Carlos López e Francisco Solano López, o Paraguai começou a desenvolver a indústria e o poderio militar, ameaçando se tornar uma potência regional. Entre 1864 e 1870, o país viveu uma guerra de extermínio movida pela Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai), que devastou o país e resultou em grandes perdas territoriais.

A América Central e o Caribe

A América Central continental foi conquistada pelos espanhóis nas primeiras décadas do século XVI. Partindo das terras altas do México central, coração do império Asteca, os conquistadores buscaram os territórios pertencentes aos atuais Guatemala e Honduras. Penetrando em terra firme a partir do istmo panamenho, os espanhóis empreenderam a colonização da vertente pacífica da Nicarágua, onde exploraram a vasta mão de obra indígena. As primeiras cidades coloniais tardaram a aparecer na Costa Rica, então praticamente despovoada. Granada e León, na Nicarágua, foram fundadas em 1524; Cartago, a primeira cidade hispânica da Costa Rica, em 1564.

Em 1543, a criação da Capitania Geral da Guatemala, subordinada ao Vice-Reino da Nova Espanha, englobou a totalidade do istmo centro-americano, à exceção do atual território do Panamá, subordinado ao Vice-Reino de Nova Granada. A descoberta de prata nas proximidades de Tegucigalpa (Honduras) transformou a região no mais importante centro minerador da Capitania.

Em 1821, foi proclamada independência das províncias formadoras da Capitania Geral da Guatemala e, em 1822, toda a América Central Ístmica - à exceção de Belize e do Panamá - passou a integrar o território do México recém independente. No ano seguinte, a região desligou-se do México e uniu-se em uma federação que, a partir de 1830, passou a ser presidida pelo herói nacional hondurenho Francisco Morazán.

A federação centro-americana não iria resistir por muito tempo. Os núcleos de povoamento, isolados entre si, geraram poderosas elites locais frequentemente arredias ao poder federal. Entre 1838 e 1841, Guatemala, Nicarágua, Honduras, Costa Rica e El Salvador desligaram-se da federação, proclamando sua independência e soberania. As oligarquias locais ergueram aparelhos de Estado adaptados às suas próprias necessidades. O mapa político do istmo centro-americano ganhava contornos próximos aos atuais, com apenas uma exceção: o Panamá permaneceu ligado à Grã-Colômbia, e posteriormente, à Colômbia, até 1903.

O Caribe, por sua vez, define-se historicamente como espaço desmembrado do império colonial espanhol e submetido a grande variedade de soberanias. Com exceção de Cuba e de parte da ilha Hispaniola (República Dominicana), a metrópole espanhola perdeu os seus domínios coloniais caribenhos no final do século XVII. Ingleses, franceses e holandeses repartiram entre si o controle dos territórios caribenhos, que foram também alvo de implantação das sedes do “império pirata” sem pátria. Desse ponto de vista, o Caribe engloba Belize, colonizada pelos ingleses, e também a sub-região guianense, dividida entre os ingleses, franceses e holandeses.

No plano geopolítico, o Caribe conheceu, desde os últimos anos do século XIX, o poder e a força dos Estados Unidos. O expansionismo naval estadunidense, direcionado para o controle das rotas oceânicas, estabeleceu a sua hegemonia regional. Após a abertura do Canal, nos primeiros anos do século XX, Washington instalou uma rede de bases nos arquipélagos antilhanos, estruturando um escudo de segurança em arco para proteger a implantação militar no Panamá. Durante a Segunda Guerra Mundial, as bases caribenhas foram reforçadas, servindo

de apoio logístico contra as forças navais alemãs na Batalha do Atlântico. A Guerra Fria e, em especial, a Revolução Cubana (1959) conferiram uma importância ainda maior ao aparato estratégico caribenho.

Apenas o Haiti e a República Dominicana acompanharam o processo geral de descolonização da América Latina, nas primeiras décadas do século XIX. Cuba tornou-se formalmente independente em 1902. Os demais territórios alcançaram a soberania na segunda metade do século XX. Além disso, a Guiana Francesa e várias ilhas caribenhas permanecem politicamente atreladas às velhas metrópoles. Porto Rico é um caso especial, pois um estatuto semi-colonial o prende aos Estados Unidos

A Guiana: Departamento Francês

A Guiana Francesa é a única possessão colonial remanescente na América do Sul. Ao contrário dos domínios guianenses britânico e holandês, que alcançaram a soberania política nas últimas décadas, a Guiana Francesa permaneceu ligada à antiga metrópole. O seu estatuto político é de DOM (Departamento de Ultramar) e a administração funciona como a das demais regiões do território francês. A Guiana abriga um centro aeroespacial, instalado na localidade de Kourou, que entrou em atividade em 1968. Por estar situado nas proximidades da linha do Equador, o centro possui condições favoráveis para o lançamento de satélites orbitais.

O centro de Kourou (foto abaixo) serve de sede dos lançamentos do foguete europeu Ariane. Desde 1989, o programa espacial europeu atingiu um ritmo comercial de lançamentos de satélites, competindo nesse setor com o programa espacial norte-americano



Imagem: Centro de Kourou, sede dos lançamentos do foguete europeu Ariane.

Fonte: http://www.esa.int/esaMI/Launchers_Europe_s_Spaceport/SEM00U374OD_1.html

Referência

- ATKINS, G. Pope. **América Latina en el sistema politico internacional**. Buenos Aires: Grupo Editorial Latinamericano, 1991.

Ficha da Disciplina:

Geografia Regional: América Latina e África

Curso de Especialização em Geografia

MÓDULO III

Disciplina: Geografia Regional -
América Latina e África

Regina Celia Correa de Araujo



Raul Borges Guimarães



Ementa:

Verifica-se no dia-adia da sala de aula a manutenção de leituras clássicas da regionalização global, como a Teoria do Desenvolvimento e a dos Lugares Centrais. O resultado tem sido o descolamento da discussão com os alunos de conteúdos essenciais que valorizem a diversidade étnico-cultural, a cultura da paz e da solidariedade entre os povos. Por causa destas preocupações, o curso propõe maior ênfase nos estudos da América Latina e África, procurando olhar para o mundo de um ponto de vista menos europocêntrico.

Palavras chaves:

América Latina, África, colonização e descolonização.

Estrutura da Disciplina

Geografia Regional: América Latina e África	1. As invenções da América	1.1 – O ideário hispoamericano
		1.2 – A Invenção da América Latina
		1.3 – O “Terceiro Mundo” Americano
	2. A formação dos Estados americanos	2.1 – O território colonial hispano-americano
		2.2 – Independência e os novos estados nacionais
	3. África: colonização e descolonização	3.1 – A partilha da África
		3.2 – A descolonização
	4. A fronteiras africanas	4.1 – Conflitos fronteiriços
		4.2 – O Sudão do Sul
	5. América e África no mundo globalizado	5.1 – As organizações regionais sul-americanas
		5.2 – As organizações regionais africanas

Pró-Reitora de Pós-graduação

Marilza Vieira Cunha Rudge

Equipe Coordenadora

Cláudio José de França e Silva

Rogério Luiz Buccelli

Ana Maria da Costa Santos

Coordenadores dos Cursos

Arte: Rejane Galvão Coutinho (IA/Unesp)

Filosofia: Lúcio Lourenço Prado (FFC/Marília)

Geografia: Raul Borges Guimarães (FCT/Presidente Prudente)

Antônio Cezar Leal (FCT/Presidente Prudente) - *sub-coordenador*

Inglês: Mariangela Braga Norte (FFC/Marília)

Química: Olga Maria Mascarenhas de Faria Oliveira (IQ Araraquara)

Equipe Técnica - Sistema de Controle Acadêmico

Ari Araldo Xavier de Camargo

Valentim Aparecido Paris

Rosemar Rosa de Carvalho Brena

Secretaria

Márcio Antônio Teixeira de Carvalho

NEaD – Núcleo de Educação a Distância

(equipe Redefor)

Klaus Schlünzen Junior

Coordenador Geral

Tecnologia e Infraestrutura

Pierre Archag Iskenderian

Coordenador de Grupo

André Luís Rodrigues Ferreira

Guilherme de Andrade Lemeszenski

Marcos Roberto Greiner

Pedro Cássio Bissetti

Rodolfo Mac Kay Martinez Parente

Produção, veiculação e Gestão de material

Elisandra André Maranhe

João Castro Barbosa de Souza

Lia Tiemi Hiratomi

Liliam Lungarezi de Oliveira

Marcos Leonel de Souza

Pamela Gouveia

Rafael Canoletti

Valter Rodrigues da Silva